

Modos de ser femininos, relações de gênero e sociabilidades no Brasil ST. 12

Gláucia R. S. Diniz

Universidade de Brasília

Palavras-chave: gênero, casamento, modelos

Gênero, Casamento e Família: interações entre velhos e novos modelos e papéis

Mulher e família ou *mulher e casamento* são termos que estiveram sempre imbricados e muitas vezes, ao longo da história, foram até confundidos. O movimento feminista, em suas várias vertentes, provocou um profundo questionamento sobre o lugar e a função social das mulheres na cultura patriarcal. Ao estabelecer uma divisão rígida de papéis e de trabalho entre os sexos, o patriarcalismo aprisionou homens e mulheres em estereótipos e funções que não podem mais ser vistos como parte da natureza humana, mas sim como produtos de processos e interesses históricos, econômicos e culturais.

Sabemos que as mulheres foram e, ainda são, ensinadas a sacrificar e a negligenciar suas próprias necessidades para suprir as necessidades dos outros e para potencializar os projetos de vida dos maridos e dos filhos. O esquecimento de si e a dedicação ao cuidar do outro passam a ser marcas registradas de seu comportamento. O exercício destas funções está de tal forma entretido no cotidiano da vida, que as mulheres se tornam invisíveis. Assim, aos poucos, sua própria história e sua identidade vão se tornando também invisíveis, diluídas na vida dos outros membros da família (Diniz e Coelho, 2005).

Este trabalho discute a interação entre velhos e novos papéis e modelos relacionais tomando como base a realidade conjugal e familiar de mulheres de baixa renda e aspectos da história da construção da vida familiar no Brasil. Nosso material de trabalho é a fala das mulheres participantes em um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido numa cidade satélite do Distrito Federal. Muitas são migrantes e analfabetas. Todas estão na meia-idade e combinam múltiplas jornadas de trabalho pois são donas de casa, mães, avós, além de faxineiras, domésticas, passadeiras (Coelho & Diniz, 2003; Diniz & Coelho, 2003).

Rabinowitz e Martin (2001), pesquisadoras que se dedicam ao estudo de mulheres e gênero em psicologia, valorizam o dar voz e o escutar as mulheres. Compartilhamos com essas autoras a idéia de que à algumas pessoas é negada voz na psicologia e na sociedade. Esse é o caso de mulheres de baixa renda que vivem na periferia do Distrito Federal. Nossa estratégia metodológica foi fundamentada nas pesquisas de gênero. Segundo Rabinowitz e Martin (2001) a tendência das pesquisas na área é buscar investigar o interjogo dinâmico entre fatores individuais e contextuais. Daí a articulação entre a história das mulheres e a História, em especial na história da vida familiar brasileira.

Del Priore (2001) aponta que é através da busca do conhecimento sobre as “irmãs do passado” (pág. 7) que podemos saber sobre nós mesmas. Os processos de organização da estrutura econômica e social têm impacto sobre as organizações familiares, gerando diferentes expectativas sobre os papéis e as funções de homens e mulheres nas famílias e na sociedade. A intenção do texto é, portanto, revelar elementos do passado, presentes no cotidiano da vida de mulheres no presente.

Breve revisão histórica dos modelos de família brasileiras

“Famílias são grupos sociais dinâmicos, que estão em constante transformação, em virtude de processos demográficos – nascimento, casamento, morte – e sócio-econômicos” (Bruschini e Ridenti 1994, pág. 31). Ampliamos aqui essa perspectiva para incluir a interação dinâmica entre aspectos pessoais, interpessoais e fatores sociais, econômicos e culturais. Acreditamos que a história de cada um afeta e é afetada pela história de todos.

A sociedade brasileira era e é composta por diversos segmentos e que cada um desses grupos tinha sua forma de organização familiar. A história da vida conjugal e familiar brasileira é marcada, portanto, pela existência de uma pluralidade de modelos. O primeiro modelo tem origem ibérica e foi trazido para o país com a colonização portuguesa: trata-se da família patriarcal, tradicional, e extensa. Posteriormente surge o modelo de família burguesa, introduzido no Brasil após a proclamação da república, e coincide com a urbanização e a modernização da sociedade (Sâmara, 1987; Neder, 1994).

A vinda de D. João VI para o Brasil promove a construção do Estado nacional. Freire Costa (1989) aponta que o Estado moderno, industrializado, precisava exercer um controle demográfico e político sobre a população, e conseqüentemente, sobre a família. O movimento higienista promove nesse momento uma reorganização das famílias. Para as famílias burguesas, isso implicava na reorganização da vida familiar em torno da conservação e educação das crianças. Para as famílias pobres implicava controle, moralização e higiene.

Essas *famílias-padrão* conviviam socialmente com o que Neder (1994) denomina de “outras famílias, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas, etc.)” (pág. 27). Diante dessa realidade plural, a autora afirma que a organização das famílias brasileiras só pode ser compreendida levando-se em conta a diversidade étnica e cultural do país e os dilemas e paradoxos para incluir tal diversidade nos projetos políticos e sociais. É preciso considerar também as particularidades da colonização nas diversas regiões do país. Esse tipo de aprofundamento foge ao objetivo desse trabalho.

O trabalho de Samara (1987), aponta uma outra questão interessante: o casamento legal era opção de uma pequena parcela da população. Segundo a autora para conhecer “a família brasileira” é preciso levar em consideração a presença marcante dos concubinatos, das uniões esporádicas, e da

bastardia ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em função dessa realidade, Samara (1987) chama atenção para as contradições existentes entre a moral vigente e a prática social : “(...) de um lado o casamento, a moral e a própria submissão e a castidade da mulher; de outro, o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina revelada nos testamentos e nos processos de divórcio” (pág. 32).

O casamento oficial tinha uma clara função social - era importante para as camadas abastadas, preocupadas com a legitimidade da prole e com a herança. A mulher escrava raramente casava-se oficialmente Falci (2001) aponta que essa baixa nupcialidade não pode ser entendida como falta de compromisso social com o casamento e a família. Mulheres escravas podiam ter companheiros temporários, mas elas também tinham vínculos afetivos duradouros com companheiros estáveis. Considerações semelhantes são válidas para todas as mulheres das classes populares (Soihet, 2001).

Durante o século XIX ocorre a consolidação do capitalismo no país. Tal fato provocou muitas transformações na sociedade brasileira e promoveu o surgimento da *nova família*, modelo baseado também em uma mentalidade burguesa. Essa organização tinha característica nuclear e introduziu elementos novos na vida familiar: a liberalização dos costumes; uma nova sensibilidade e uma maneira diferente de pensar a conjugalidade e o amor; e a valorização da maternidade e do cuidado dos filhos.

Maria Ângela D’Incao (2001) retrata bem essa nova família: “Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (pág. 223). Este modelo reorganizou a vida doméstica, o tempo, e as atividades femininas.

O modelo dominante de família, ao entrarmos no século XX, estava associado à imagem do casal e seus filhos vivendo sob o mesmo teto. A divisão de trabalho e de papéis dentro desse grupo permaneceu assimétrica, com o homem sendo visto como provedor e a mulher como responsável pela casa e o cuidado dos filhos. Esse modelo é herança das mudanças sociais que ocorreram nos séculos XVIII e XIX e que promoveram a privatização da família: ela deixou de ser primordialmente uma unidade econômica, para ser um refúgio, um lugar de expressão de sentimentos entre o casal e os filhos (Bruschini e Ridenti, 1994).

Bruschini e Ridenti (1994) alertam quanto aos perigos de adotarmos um modelo centrado na família nuclear de forma acrítica para a sociedade brasileira. As famílias brasileiras, ainda que nucleares, mantêm fortes vínculos com a família extensa. Muitas vezes dependem dessa rede de parentesco, tanto em termos econômicos quanto no que diz respeito aos arranjos cotidianos de cuidado dos filhos.

Vale dizer que a vida familiar e social brasileira, a partir da década de 80, é afetada pela crise econômica mundial. O aprofundamento das desigualdades sociais não pode passar despercebido. A

concentração de renda permite a uma camada mínima da população usufruir de padrão sofisticado de consumo. Já o restante da sociedade sofre com o empobrecimento, a diminuição dos salários, o desemprego e o aumento de atividades na economia informal para garantir a sobrevivência da família (Goldani, 1994; Bruschini & Ridenti, 1994).

Em linhas gerais podemos afirmar que houve diminuição no tamanho e diversificação nos arranjos familiares – hoje é grande o número de famílias monoparentais, reconstituídas, homossexuais. Aconteceu também uma mudança significativa no que diz respeito ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Isso faz com que as mulheres, em muitos casos, dividam as responsabilidades de manutenção da família, provocando uma revisão de posturas e dos papéis entre os sexos (Diniz, 1996, 1999).

Podemos extrair dessa breve revisão da história da construção social brasileira alguns elementos/pontos fundamentais. O primeiro deles é que a organização familiar é profundamente afetada pelos processos econômicos. O segundo é que o processo de colonização foi um processo massivo de aculturação e europeização. Isso implicava na transposição de modelos e valores tanto para as famílias quanto para a sociedade de forma acrítica e na desconsideração da organização familiar da população nativa, dos grupos negros, trazidos como escravos, e de outros migrantes que tiveram igualmente sua cultura, organização e valores massacrados.

Cabe ressaltar ainda que os modelos familiares do Brasil desde a colônia até os tempos atuais têm raízes profundas no patriarcalismo. Castells (1999) aponta que a estrutura patriarcal “...caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. ...Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo” (pág. 169).

Um dos exemplos da influência do patriarcalismo na sociedade brasileira foi o domínio e a autoridade exercida pelos “Senhores” de forma inquestionável. Todo o grupo familiar e social lhe era submisso. Outro exemplo é a dominação e violência exercidas durante o período escravocrata.

Outro ponto importante é que os arranjos familiares sempre foram e permanecem diversificados. A mesma diversidade de modelos de “famílias brancas” está presente na organização familiar africana. Neder (1994) aponta que existem, entretanto, experiências comuns a essas famílias: a violência, o autoritarismo da escravidão, a precariedade das condições de vida provocaram a perda de vínculos e crises de identidade de caráter irreversível. Descaso, preconceito e exclusão social marcaram (e marcam), portanto, a experiência das famílias africanas mesmo após o fim da escravidão. Famílias negras e mestiças vêm, portanto, enfrentando desde os tempos coloniais muitos desafios para

sobreviverem. As conseqüências dessa perda de identidade forçada e dessa marginalização marcam a vivência dessas pessoas e de suas famílias Bruschini (1993).

Da casa grande e da senzala dos livros de Gilberto Freire, aos dias de hoje, as famílias brasileiras sofreram profundas transformações. Cada modelo em seu bojo uma idéia sobre o lugar do homem e da mulher na família e na sociedade. Acreditamos que elementos dos vários modelos de família foram sendo assimilados de forma distinta por todas as camadas sociais. Buscaremos a seguir identificar em falas de mulheres de baixa renda sobre sua vida conjugal e familiar a presença de alguns desses elementos.

O passado na vida presente

Várias falas das mulheres sobre o casamento e a família deixam entrever a presença de elementos da História em suas histórias. Tomaremos como exemplo duas falas – uma que exemplifica as marcas do patriarcalismo presentes no cotidiano das vidas das mulheres. É a fala de Leda sobre o casamento que retrata bem essa questão:

...eu me casei hoje, quando foi no outro dia, meu ex-marido: ‘De hoje em diante você não vista essa roupa, você não vai na casa do seu pai, você não faça isso, você não conversa com os amigos, esquece os amigos, acabou!’ E é desse jeito, só que eu pensei que realmente era desse jeito, casou é aquilo.” (...) “Estudar, eu queria muito estudar. (O marido dizia) ‘Se você tocar nesse assunto de escola novamente eu te boto no hospício’. (...) ‘Você vai sair comigo porque você é obrigada, você é minha mulher; vista essa roupa aqui’ (...)

Outra forma de manifestação do patriarcalismo é o controle da sexualidade feminina, as diversas formas de violência interpessoal, o abuso da autoridade masculina:

E fui pro quarto dormir, naturalmente né, porque apesar de tudo eu era obrigada a dormir junto; ‘Você é minha mulher, você é obrigada a fazer o que eu quero, e o importante é o homem sentir prazer, porque a mulher é submissa ao marido’ (...) tinha vezes que ele praticamente me estuprava; ele chegava assim e tinha que ser aquilo e pronto.

Vimos que os processos de modernização, industrialização e urbanização levaram ao surgimento da *nova família*, que imprimiu uma ênfase na maternidade. A função primordial das mulheres era ser “uma boa mãe”. O exercício pleno da maternidade pressupunha o não exercício de trabalho remunerado fora do lar. Tal pressuposto tinha em mente a experiência das mulheres das classes abastadas. Para as mulheres das camadas pobres, que tinham que lutar pela sobrevivência, essa demanda gerava dilemas. A fala de Rosa, apresentada a seguir, mostra uma menina e sua mãe, oprimidas pela dureza da vida de mulheres pobres.

A gente morava na fazenda, meu pai tomava conta. (...) ...com minha mãe, a gente não tinha esse diálogo. Minha mãe também era muito nervosa, ela não tinha..., acho que porque trabalhava muito na roça, chegava em casa

cansada, com menimo pra cuidar, ela não tinha assim tempo, né, de falar com a gente, dá tempo pra gente, conversar, brincar, não...(Ela) capinava, ia ajudar meu pai, capinar, colher café, colher feijão, amendoim, era mais, era na roça, ia cedo e só vinha cinco horas, seis horas da tarde e eu tinha que cuidar de tudo, né, e eu só tinha oito anos, né, nesse tempo. E eu tinha que dar conta, se eu não desse conta minha mãe batia...(...) eu tinha que cuidar do meu irmão, lavar as roupinhas, tinha que fazer comida, tinha que fazer arroz, subir no banquinho Eu tinha quinze anos...(...) aí lá na roça tudo que homem fazia eu tinha que fazer...(...) Então ele me ensinou a plantar, ensinou a arar terra com animal, ensinou a cortar arroz, plantar arroz, amendoim, tudo eu ajudava meu pai a fazer... (...) Não, minha mãe não ia pra roça não, porque ela tava muito, era menino, era muita coisa, aí ele punha eu pra ajudar e deixava minha mãe em casa.

A cobrança em torno do exercício da maternidade parece estar entranhada no corpo e na alma das mulheres participantes do projeto. O exercício dessa função começa, muitas vezes, na infância. A criança se torna uma extensão da mãe, que por diversas razões, delega a ela o cuidado da casa e dos irmãos. O exercício precoce da maternidade tem um preço. Muitas mulheres aprendem desde cedo a negligenciarem ou ignorarem o cuidado de si. Algumas casam-se muito cedo buscando uma diminuição da carga de trabalho, maior liberdade e autonomia.

A revisão histórica mostrou que as heranças deixadas pelo período colonial e pelos períodos subsequentes impregnam até hoje a cena social brasileira. Os depoimentos apresentados sinalizam o caráter dinâmico da História e das histórias das mulheres. As falas mostram que o velho e novo se entrecruzam nas experiências compartilhadas.

Buscamos articular elementos da história passada das famílias brasileiras com fragmentos da história presente das famílias das mulheres do projeto. Buscamos também valorizar a voz das mulheres, a partir de uma perspectiva de pesquisa de gênero. Ao transitarmos do macro para o micro contexto e vice-versa, mostramos que cada história pessoal, conjugal e familiar de algumas das mulheres participantes do projeto, revela a presença de elementos da construção da vida familiar brasileira.

Referências

BRUSCHINI, C. e RIDENTI, S. (1994). Família, casa e trabalho. Cadernos de Pesquisa, n. 88, pp. 30-36.

CASTELLS, M. (1999). A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra.

COELHO, V. & DINIZ, G. (2003). Vida de mulher: lidando com a meia-idade e a menopausa. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas, pp. 97-117. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola.

COSTA, J. F. (1989). Ordem Médica e Norma Familiar (3a. Edição). Rio de Janeiro: Edições Graal.

DEL PRIORE, M. (2001). Apresentação . Em Mary Del Priore (Org.), História das Mulheres no Brasil, pp. 7-10. São Paulo: Editora Contexto/Editora UNESP.

D'INCAO, M. A (2001). Mulher e Família Burguesa. Em Mary Del Priore (Org.), História das Mulheres no Brasil, pp. 223-240. São Paulo: Editora Contexto/Editora UNESP.

DINIZ, G. & COELHO, V. (2003). Mulher, família, identidade: a meia-idade e seus dilemas. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas, pp. 79-95. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola.

DINIZ, G. R. S. (1996). Dilemas de Trabalho, Papel de Gênero e Matrimônio em Casais que Trabalham Fora em Tempo Integral. Em Terezinha Féres Carneiro (org.), Coletâneas da ANPEPP: Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal, pp. 101-111. Apoio CNPq, FINEP, FAPERJ, PUC/Rio. Rio de Janeiro: Xenon Editora.

DINIZ, G. R. S. (1999). Homens e Mulheres Frente à Interação CasamentoTrabalho: Aspectos da Realidade Brasileira. Em Terezinha Féres Carneiro (org.), Casal e Família: Entre a Tradição e a Transformação, pp. 31-54. Rio de Janeiro: Editora NAU.

DINIZ, G. R. S. (1999b). Condição Feminina: Fator de Risco Para a Saúde Mental? Em Maria das Graças Torres da Paz e Alvaro Tamayo (orgs.), Escola, Saúde e Trabalho: Estudos Psicológicos, pp. 181-197. Brasília, DF: Editora UnB.

GOLDANI, A. M. (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, n. 91, 7-22.

NEDER, G. (1994). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil., pp. 26-46. Cortez Editora/Unicef.

RABINOWITZ, V. C. e MARTIN, D. (2001). Choices and Consequences: Methodological Issues in the Study of Gender. Em Rhoda Unger (Ed.), Handbook of the Psychology of Women and Gender, pp. 29-52. New York: John Wiley & Sons.

SAMARA, E. M. (1987). Tendências atuais da história da família no Brasil. Em Ângela Mendes de Almeida (Org.), Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade, 25-36. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ.

SOIHET, R. (2001). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. Em Mary Del Priore (Org.), História das Mulheres no Brasil, pp.362-400. São Paulo: Editora Contexto/Editora UNESP.